

# PFL fará exigências para manter seu apoio

Garantida a vitória do mandato de cinco anos no plenário da Constituinte, dentro de mais alguns dias, o presidente José Sarney enfrentará um grave dilema — optar pela fidelíssima bancada do PFL e seu líder José Lourenço, que exigem a destituição do ministro Renato Archer ou mantê-lo e enfrentar a ameaça de perda do apoio da maioria dos parlamentares daquele partido.

A liderança do PFL tem sustentado junto ao Presidente da República a necessidade de promover uma reforma ministerial que incorpore ao ministério, e a todos os escalões governamentais, elementos representativos da base político-parlamentar que vai lhe garantir a conquista na Constituinte do mandato de cinco anos. Esse pleito inclui a substituição do atual ministro da Previdência Social.

## QUADRO GERAL

Os líderes do PFL na Câmara têm sustentado que o Presidente da República não poderá manter no Governo os ministros que costumam dissindir de sua orientação. Lembram líderes do PFL que, à véspera da votação de forma de governo e duração de mandato no texto permanente, ocorreu fato bastante significativo.

Enquanto Sarney reunia no Palácio da Alvorada seus líderes e ministros mais fiéis, para defender presidencialismo e cinco anos de mandato no texto permanente, na residência oficial de Ulysses Guimarães, no Lago, reuniam-se os ministros Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado, com a presença de suas principais lideranças, para tramar a estratégia de aprovação do parlamentarismo, no qual os pefelistas ortodoxos, à frente Lourenço, identificaram um claro movimento de oposição.

Nesses meios já não existem dúvidas de que o Presidente da República será obrigado a promover uma reforma do ministério para que a sua base de sustentação representada pelos que votaram a favor do mandato de cinco anos passe a compor os diferentes escalões do Governo. A dúvida que se mantém em muitos políticos do PFL, mais ligados à liderança do partido e a seus ministros, é se Sarney fará essa opção.

Dessa vez, dificilmente o Presidente terá condições de man-

ter o ministro Renato Archer na Previdência sem comprometer os seus aliados do PFL, à frente o líder da bancada na Câmara, deputado José Lourenço, que identificaram no atual ministro um adversário sistemático do partido.

## A CAUSA REAL

A causa real desse conflito, que não é de agora, mas remonta aos tempos de Raphael de Almeida Magalhães, é facilmente explicada. O Ministério da Previdência e Assistência Social deverá distribuir neste ano cerca de 600 bilhões de cruzados dentro do programa de descentralização dos serviços de saúde da Previdência, o que importará em sua atualização.

As lideranças do PFL e alguns dos seus ministros, principalmente Antônio Carlos Magalhães, sustentam que o programa de descentralização foi deliberadamente concebido pelo ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães para favorecer o PMDB, que tem 22 governadores, dos 23, sendo que o PFL só tem Antônio Carlos Valadares, do pequeno Sergipe.

Conta-se entre políticos do PFL, que ao deixar o Ministério da Previdência, avaliando as implicações de seu programa de descentralização dos serviços médicos da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães teria dito que o PMDB ganhou as eleições de 86 — fazendo 22 dos 23 governadores e a maioria do Congresso Constituinte — graças ao Plano Cruzado e que ganharia as eleições municipais de 1988 graças ao novo programa previdenciário de prestação de serviços médicos.

Algumas transferências de recursos são mirabolantes e segundo os políticos do PFL não existem condições de garantir que os governadores aplicarão todos os recursos na prestação dos serviços médicos. Invocando testemunho de especialistas, os políticos do PFL afirmam que essa descentralização da previdência poderá desestruturar o sistema montado pelo País com grande esforço, ao longo de mais de 40 anos. São bilhões constantemente transferidos aos Estados, ao arbítrio do ministro da Previdência, para a órbita aparente das Secretarias de Saúde estaduais.

Ocorre fenômeno curioso — os médicos estaduais ganham muito menos que os da Previdência: No Piauí, por exemplo,

o salário do médico é de Cz\$ 40 mil, enquanto o da Previdência é de Cz\$ 140 mil. Para estabelecer o nivelamento, os governos estaduais estão pagando a parte que falta (no Piauí cem mil) por fora, isto é, sem descontar INPS e nem Imposto de Renda.

Esta pressão do PFL sobre Sarney para que substitua Archer ficou evidente sexta-feira, quando o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ao deixar uma reunião do Presidente com ministros e líderes, no Palácio da Alvorada, anunciou que haveria mudanças de ministros e lançou uma ironia a Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado classificando-os de "bons rapazes".

Entre as lideranças do PFL a expectativa é de uma reformulação do quadro partidário, diante da constatação de que o PMDB está irremediavelmente cindido.

Depois da dissidência significativa liderada pelo senador Mário Covas, que anuncia sua disposição de abandonar o PMDB logo depois de definida a questão do mandato na Constituinte, surgiu um núcleo de esquerda liderado pelos deputados Francisco Pinto e Hélio Duque que decidiu bater chapa na convenção nacional do dia 21 de agosto. Como a expectativa é de que esta corrente será derrotada, porque se acha em minoria, pois os governadores controlam a estrutura partidária, a conclusão é de que seus integrantes deixarão o partido.

A convicção do líder José Lourenço e de outros dos seus companheiros do PFL é de que essa debandada da esquerda permitirá a formação de um grande partido de centro com os núcleos que permanecerem no PMDB fundidos ao PFL — seja com o nome do PMDB, seja com novo nome. Esses setores sustentam que, nessa hipótese, Sarney poderia desempenhar papel fundamental na definição de novo quadro partidário junto com Ulysses Guimarães se o presidente do PMDB se mantiver no partido.

O que ficou claro nesse processo tão tortuoso é que o Presidente terá de fazer sua opção uma vez definido o seu mandato na Constituinte em termos de alianças políticas. As pressões dos parlamentares que conservam sua fidelidade ao mandato de cinco anos voltam-se para a necessidade de reformular o Governo para que ele reflita a nova base de apoio.

## Confusão de datas pode gerar mais um impasse

DILZE TEIXEIRA  
Da Editoria de Política

Se, como garante o grupo cincoanista e acredita a oposição, for aprovada na próxima semana a emenda Matheus Iensen (PMDB-PR), que garante os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, uma nova polêmica surgirá entre os constituintes, polarizando mais uma vez os debates para a questão do mandato presidencial. Isto porque enquanto a emenda dos cinco anos estabelece que o Governo Sarney acaba em 15 de março de 1990, a parte permanente da futura Carta, já aprovada pela Constituinte determina que a posse dos presidentes da República ocorrerá, sempre, no primeiro dia de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Talvez por isso, ou seja, para evitar um conflito entre a parte permanente da futura Constituição e o que estabelecerá a emenda Matheus Iensen, que o líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi, tenha iniciado a busca de um entendimento para um acordo entre a fusão das emendas Heráclito Fortes (PMDB-PI) e Saulo Queiroz (PFL-MT). Da combi-

nação destas duas propostas resultaria o seguinte: os mandatos municipais ficariam prorrogados até setembro do próximo ano, quando haveria coincidência das eleições municipais com a do futuro presidente da República e os vitoriosos — prefeitos, vereadores e o sucessor de Sarney — tomariam posse em primeiro de janeiro de 1990.

## ALTERNATIVAS EM JOGO

Este quadro será discutido na próxima reunião da cúpula política do Governo, possivelmente na próxima terça-feira, quando ficará definida a estratégia final do grupo Sarney: mobilizar toda as suas forças para aprovar a emenda Matheus Iensen, ou negociar um acordo baseado na fusão das emendas Heráclito Fortes/Saulo Queiroz. Se a alternativa for a primeira opção, e o Governo vencer na votação, em que pese toda a celeuma em torno da questão, deverá prevalecer o entendimento segundo o qual Sarney permanece presidente até 15 de março de 1990. Nesta mesma data, seu sucessor tomaria posse e governaria até primeiro de janeiro de 1995.

Se a opção for pela segunda alternativa, o presidente Sarney novamente abriria mão de mais um período de seu mandato, desta vez em 75 dias, passando o Governo ao seu sucessor em primeiro de janeiro de 1990. Em troca, eliminaria mais um dado complicador para a sua política econômica, baseada na redução dos gastos públicos, adiando para o próximo ano as eleições municipais. Uma questão que exigirá muita avaliação de suas consequências. Há entre os assessores políticos do Presidente quem garanta que uma eleição este ano desestruturaria todo o plano de ajuste da economia.

Foi para decidir entre essas duas opções que o presidente Sarney convocou seus líderes para permanecerem este final de semana em Brasília. Neste período, e até a véspera da votação — que deverá ocorrer na próxima quinta-feira — serão intensas as negociações cujos resultados indicarão qual o melhor caminho a seguir: garantir os cinco anos para o Governo Sarney? Ou reduzir seu mandato para quatro anos, nove meses e 15 dias, com o adiamento das eleições municipais para o próximo ano?